



Bolsonaro acompanha treinamento de militares da Marinha em Formosa (GO) Pedro Ladeira - 18 ago 2017 / Folha.imagem

Militares da ativa pressionaram por golpe em carta, diz PF

Nomes de coronéis apareceram em metadados de documento apócrifo pró-Bolsonaro publicado em 2022

César Feltosa e José Marques

BRASÍLIA A Polícia Federal identificou dois militares que teriam ajudado na redação de uma carta de oficiais da ativa que pressionava o comandante do Exército em 2022, general Marco Antônio Freire Gomes, a adotar postura radical diante de pedidos por golpe para manter Jair Bolsonaro (PL) na Presidência.

A identificação foi feita a partir da análise de metadados do documento, que foi recebido pelo tenente-coronel Mauro Cid na noite de 28 de novembro de 2022 —véspera da publicação do texto. O autor foi identificado como o coronel Giovanni Passini. Alexandre Bittencourt teria sido o último a modificar o documento —os investigadores afirmam que tratou-se do coronel Alexandre Castilho Bittencourt da Silva.

As informações estão no relatório da PF que embasou os pedidos de prisão e busca, em 8 de fevereiro, contra ex-ministros e militares suspeitos de tramarem um golpe de Estado para manter o ex-presidente no poder após a derrota para Lula (PT). Os documentos foram obtidos pela Folha.

Procurado pela Folha, Passini não comentou sobre a autoria do manifesto. "Não quero falar sobre esse assunto", disse antes de desligar o telefone. Ele é oficial de artilharia da turma formada na Aman (Academia Militar das Agulhas Negras) em 1997. Colegas do coronel dizem, sob reserva, que ele passou a se dedicar ao ensino da língua portuguesa, e aos poucos, foi deixando o rumo tradicional da artilharia para se tornar professor de colégios militares e

autor de livros.

Em 2018, ele pediu licença do Exército para se candidatar a deputado estadual do Rio Grande do Sul pelo Patriota. Não foi eleito. Depois, pediu para ir à reserva, ato concretizado em fevereiro de 2023, após a divulgação da carta. Alexandre Bittencourt também é oficial formado em 1997, da arma de infantaria. Em fevereiro de 2022, ele chegou a ser condecorado com uma medalha militar de ouro com passador de ouro —lâmina entregue aos oficiais que completam 35 anos de bons serviços prestados.

O coronel morou no Chile durante cerca de seis meses em 2022, para fazer pós-graduação em condução de políticas estratégicas de defesa. Devolta ao Brasil, foi realocado para função no Departamento-Geral de Pessoal.

A reportagem não conseguiu contato com Bittencourt. Em nota, o Exército disse que não poderia se manifestar sobre o assunto porque o inquérito está em "segredo de justiça". Cabe ressaltar que as informações acerca do tema serão prestadas, quando solicitadas, às autoridades competentes, completou.

Militares não proibidos por leis e regulamentos de se manifestar coletivamente, seja sobre assuntos de superiores ou em caráter reivindicatório ou político. A época da circulação da carta entre oficiais, o Alto Comando do Exército comunicou aos militares que haveria consequências aquelas que aderissem ao manifesto.

"Srs, bom dia. Alertem aos seus subordinados que a adesão a esse tipo de iniciativa é inconcebível. Eventuais adesões de militares da ativa serão tratadas, no âmbito

do CMS (Comando Militar do Sul), na forma da lei, sem contempizações", escreveu o general Fernando Soares para chefes de organizações militares. A carta de oficiais superiores da ativa foi escrita quando Bolsonaro estava em um Soldado. Nossa nação, aquela que entrega os maiores índices de confiança às Forças Armadas contra a eleição de Lula. A Polícia Federal aponta ainda que Bolsonaro e aliados discutiam planos para um golpe de Estado naquela época. Bolsonaro e militares incitavam o comando do Exército a assumir postura golpista, com ataques nas redes sociais contra generais contrários à ruptura democrática.

“É natural e justificável que o povo brasileiro esteja se sentindo indefeso, intimidado, de mãos atadas e busque nas FFAA [Forças Armadas], os 'reais guardiões' de nossa Constituição, o amparo para suas preocupações e solução para suas angústias

trecho da carta texto viatura pressionar militares a aderir a trama golpista

tura democrática. "Consideramos importante, portanto, que os Poderes e Instituições da União assumam os seus papéis constitucionais previstos em lei e em prol da pacificação política, econômica e social, especialmente para a manutenção da Garantia da Lei e da Ordem e da preservação dos poderes constitucionais, respeitando o pacto federativo previsto na regra basilar de fundação da República", dizia trecho da carta dos oficiais.

O texto ainda afirmava que os militares estão "sempre prontos para cumprir suas missões constitucionais" e que os soldados "colocam os objetivos nacionais sempre em primeiro plano, desprezando quaisquer interesses pessoais". "Covardia, injustiça e fraqueza são os atributos mais abominados para um Soldado. Nossa nação, aquela que entrega os maiores índices de confiança às Forças Armadas, sabe que seus militares não a abandonarão".

A carta circulou sem o nome do autor, e o método de coleta de assinaturas não permitiu saber quantos oficiais da ativa subscreveram o texto. A participação em manifestações conjuntas é considerada infração e pode resultar em punição no Exército.

Em novembro de 2022, coronéis contaram à Folha terem sido abordados por colegas de farda para pedir apoio à carta.

A divulgação do texto foi uma iniciativa de militares após oficiais da reserva publicarem, no fim de semana anterior, uma carta aberta aos comandantes das Forças Armadas dizendo que havia desconfiança com o resultado das eleições.

"É natural e justificável que o povo brasileiro esteja se sentindo indefeso, intimidado, de mãos atadas e busque nas FFAA [Forças Armadas], os 'reais guardiões' de nossa Constituição, o amparo para suas preocupações e solução para suas angústias", afirma um trecho.

O texto ainda pede que os comandantes apoiassem ações para o "mediato rescaldo da democracia brasileira", preservando qualquer cidadão brasileiro albederado de expressar ideias e opiniões.

Polícia dispensa fala de ex-assessor de Bolsonaro, e sua defesa vê coação

BRASÍLIA A Polícia Federal dispensou na quinta-feira (22) depoimento do coronel da reserva Marcelo Câmara, ex-assessor de Jair Bolsonaro (PL), sob a justificativa de que ele não estava acompanhado por seu advogado. A defesa de Câmara é composta pelos mesmos defensores de outro investigado, Tércio Arnaud, cujo depoimento teve cerca de 150 perguntas e durou mais de seis horas. Sem que a oitiva de Tércio tivesse terminado, a PF iniciou o depoimento do militar —que, sem advogado, optou pelo silêncio.

"[Câmara] não teve oportunidade de responder as perguntas pois a autoridade policial disse que não tinha tempo de aguardar o encerramento do depoimento de Tércio Arnaud", disse o advogado Eduardo Kuntz, por meio de nota.

"Em razão disso, foi coagido a usar do silêncio, sem a presença de sua defesa técnica. Algo totalmente novo, reprovável e que não se pode admitir em um Estado democrático e de Direito".

A defesa de Câmara enviou nesta sexta-feira (23) um documento para o gabinete do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), para reclamar da situação e pedir a convocação de nova audiência.

Segundo o advogado, Câmara tem a intenção de colaborar com as investigações e com a correta elucidação dos fatos respondendo todas as perguntas possíveis.

Fontes da PF, porém, afirmam à Folha que não vêem necessidade no depoimento do ex-assessor de Bolsonaro e pretendem não fazer nova convocação.

A Folha a PF afirmou que Câmara foi intimado intimado com antecedência regulamentar e apresentou-se no dia e horários definidos, mas, ao não estar acompanhado de advogado, pediu o adiamento da oitiva para a tarde. Mas, novamente, apresentou-se sem advogado. Foi facultado a ele prestar depoimento sem assistência advocatícia, o que ele optou por não fazer e decidiu ficar em silêncio", informou.

Em seguida, Câmara assinou o termo. Em nota, a Ordem dos Advogados do Brasil diz que é direito do advogado recusar o adiamento do depoimento de seus clientes. Mas afirmou que, sobre o caso mencionado, o conselho "não foi procurado até o momento".

Câmara está preso desde 8

de fevereiro, quando foi alvo na ação que mirou Bolsonaro, ex-ministros, assessores e militares pelo planejamento de um golpe de Estado.

Ele teria trocado mensagens com o tenente-coronel Mauro Cid que indicam que ele estaria monitorando a localização de Alexandre de Moraes. CF, JC e JM

PF pergunta se ex-presidente é cis e diz que questão é praxe

A Polícia Federal perguntou ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) se ele é cisgênero no depoimento de quinta (23) sobre o planejamento de um golpe de Estado.

Segundo relatos feitos à Folha, Bolsonaro disse que não sabia o que significava a palavra. Os delegados e escrivães deram risada da situação e explicaram o termo, ainda segundo pessoas que acompanharam o caso.

O ex-presidente então confirmou que é cisgênero. Depois, os advogados apresentaram uma petição que dizia que Bolsonaro permaneceria em silêncio por não ter recebido todos os documentos que compõem a investigação —como a integral da delação do tenente-coronel Mauro Cid.

A Polícia Federal afirmou, em nota, que a pergunta se tornou praxe em depoimentos desde 31 de outubro, quando a corporação alterou o cadastro de pessoas no sistema judiário nos campos "identidade de gênero" e "orientação sexual".

O termo "cisgênero" designa quem não é pessoa trans, travesti ou não binária, ou seja, quando há identificação com o sexo biológico.

"As alterações realizadas decorreram de uma série de fatores, dentre eles solicitações e consultas externas e internas recebidas pela Polícia Federal acerca dos instrumentos de levantamento de dados nos sistemas da Polícia Federal na temática da violência LGBTQIA+, bem como ação nacional do Ministério Público Federal destinada a promover a implementação de políticas públicas de proteção à população LGBTQIA+ pelos órgãos federais e estaduais de segurança", diz a polícia.

Apesar disso, as defesas de dois outros investigados dizem à Folha que seus clientes não foram questionados sobre o gênero.

Valdemar suspende salários de Braga Netto e Câmara no PL

Mariana Holanda

BRASÍLIA O presidente do PL, Valdemar Costa Neto, suspendeu nesta semana os salários de Walter Braga Netto, ex-vice na chapa de Jair Bolsonaro, e Marcelo Câmara de cargos no partido, em meio às investigações da Polícia Federal sobre tentativa de golpe.

Braga Netto era, até então, secretário nacional de relações institucionais do PL, e Câmara, assessor. Os seus salários iam de R\$ 20 mil a R\$ 30 mil. Além disso, o partido também custeava um flat do general em Brasília.

Em nota, o partido disse que o contrato foi suspenso porque eles estão impedidos de prestar os serviços para os quais foram contratados.

De acordo com a Folha, Valdemar, foi feito um esquema de horários para organizar e garantir que o ex-presidente não encontrasse o dirigente.

Assim, Braga Netto não pode continuar atuando como secretário, sem falar com Bolsonaro ou Valdemar.

O general da reserva atua por meio de contrato com o PL. O seu contrato, e salário portanto, está suspenso. Apesar disso, ele continua filiado ao partido e quer, segundo aliados, continuar atuando na articulação de chapas para as eleições municipais. Em Brasília e no Rio, despachará das sedes estaduais do partido, diz a polícia.

Ele não pode mais frequentar reuigibetina na sede nacional, porque ele era ao lado do de Bolsonaro. A sala que o partido aluga para eles fica ao lado de onde funciona o restante da estrutura da legenda e de onde despacha Valdemar. Foi feito um esquema de horários para organizar e garantir que o ex-presidente não encontrasse o dirigente.